

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR E DOS PROFESSORES NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING

Andreia do Socorro Andrade Xavier

Mestranda em Ciências da Educação.

<http://lattes.cnpq.br/4755227946484287>

<https://orcid.org/0009-0006-9624-4318>

E-mail: andreiaadosocorro1987@gmail.com

Geanice Raimunda Baia Cruz

Doutora em Educação na Amazônia – PGEDA/UFPA.

<http://lattes.cnpq.br/5924980527237492>

<https://orcid.org/0009-0007-8336-7762>

E-mail: geanicecruz@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-54>

RESUMO: O bullying constitui-se como um fenômeno social caracterizado por práticas intencionais, repetitivas e violentas, manifestadas por meio de agressões físicas, verbais e psicológicas que comprometem as relações interpessoais e o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes no contexto escolar. Este estudo tem como objetivo analisar o papel da gestão escolar e dos professores na prevenção e no enfrentamento do bullying em uma escola pública do município de Cametá, Pará. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica, com caráter exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica e estudo de campo. A produção dos dados ocorreu por meio de observações no ambiente escolar e de entrevistas semiestruturadas com o gestor escolar e um professor, respeitando-se os princípios éticos de sigilo, confidencialidade e consentimento dos participantes. A análise dos dados foi realizada à luz da Análise do Discurso, tendo como principais referenciais teóricos Olweus (1999), Fante (2005), Bourdieu (2007), Orlandi (2015) e Foucault (2008). Os resultados evidenciam que a gestão escolar e os professores reconhecem a ocorrência do bullying e desenvolvem ações fundamentadas no diálogo, no envolvimento das famílias e na mediação de conflitos. Entretanto, a ausência de protocolos institucionais, de formação continuada e de profissionais especializados limita a efetividade dessas iniciativas. Conclui-se que o enfrentamento do bullying requer ações pedagógicas permanentes, articuladas entre gestão escolar, professores, famílias e comunidade, capazes de promover uma cultura de respeito, inclusão e convivência democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying escolar. Gestão escolar. Professores. Convivência escolar. Prevenção da violência.

THE ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT AND TEACHERS IN ADDRESSING BULLYING

ABSTRACT: Bullying is a social phenomenon characterized by intentional, repetitive, and violent practices—manifested through physical, verbal, and psychological aggression—that compromise interpersonal relationships and the emotional development of children and adolescents within the school context. This study aims to analyze the role of school management and teachers in preventing and addressing bullying at a public school in the municipality of Cametá, Pará. The research adopts a qualitative, basic, and

exploratory approach, grounded in both a literature review and fieldwork. Data collection involved observations within the school environment and semi-structured interviews with the school administrator and a teacher, while adhering to ethical principles regarding participant anonymity, confidentiality, and consent. Data analysis was conducted using Discourse Analysis, drawing on key theoretical frameworks by Olweus (1999), Fante (2005), Bourdieu (2007), Orlandi (2015), and Foucault (2008). The results indicate that school management and teachers acknowledge the occurrence of bullying and implement actions based on dialogue, family involvement, and conflict mediation. However, the lack of institutional protocols, continuing education, and specialized professionals limits the effectiveness of these initiatives. The study concludes that addressing bullying requires ongoing pedagogical actions—coordinated among school management, teachers, families, and the community—capable of fostering a culture of respect, inclusion, and democratic coexistence.

KEYWORDS: School bullying. School management. Teachers. School coexistence. Violence prevention.

INTRODUÇÃO

O bullying caracteriza-se como um conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos que têm como finalidade intimidar, constranger ou humilhar outra pessoa. Essas agressões podem manifestar-se por meio da violência física, verbal ou psicológica, comprometendo o desenvolvimento emocional, social e educacional das vítimas. Segundo Vieira et al. (2020), a violência física inclui empurrões, chutes e socos; a violência verbal manifesta-se por meio de insultos, apelidos pejorativos e humilhações; enquanto a violência psicológica ocorre por práticas de exclusão, isolamento social e outras ações que afetam o bem-estar emocional dos estudantes.

Trata-se de um fenômeno recorrente no ambiente escolar, caracterizado por relações desiguais de poder, nas quais o agressor busca intimidar ou submeter a vítima de forma contínua (Fante; Prudente, 2018). Nesse contexto, os estudantes podem ocupar diferentes posições, atuando como agressores, vítimas ou testemunhas de situações de violência física, verbal e psicológica (Vieira et al., 2020). A repetição dessas agressões potencializa seus efeitos e contribui para o comprometimento das relações interpessoais, da autoestima e do desempenho escolar das vítimas.

Nas últimas décadas, o aumento dos casos de bullying nas escolas tem levado pesquisadores a reconhecê-lo como um importante problema de saúde pública,

sobretudo por atingir crianças e adolescentes em uma fase decisiva de seu desenvolvimento (Silva; Borges, 2018). Além dos impactos imediatos no ambiente escolar, experiências recorrentes de violência podem desencadear transtornos emocionais, dificuldades de socialização e outros prejuízos que se estendem para a vida adulta, aumentando, inclusive, a vulnerabilidade ao comportamento suicida.

Ao discutir essa problemática, Garcia; Souza (2022) ressaltam que o Brasil é marcado por uma ampla diversidade étnica, racial, cultural e social, mas também pela permanência de desigualdades históricas, do racismo e de diferentes formas de preconceito que atravessam as relações sociais e, conseqüentemente, o cotidiano escolar. Nesse cenário, práticas de bullying frequentemente se articulam a processos discriminatórios relacionados à raça, à condição socioeconômica, às características físicas, à deficiência, ao gênero e a outras diferenças, reforçando mecanismos de exclusão e violência simbólica.

Diante dessa realidade, a escola assume um papel essencial na prevenção e no enfrentamento do bullying. Por constituir um espaço de formação humana, cabe à gestão escolar e aos professores promover ações educativas que favoreçam o respeito às diferenças, a mediação de conflitos e a construção de relações pautadas na empatia, na inclusão e na convivência democrática. Entretanto, a efetividade dessas ações depende não apenas do comprometimento dos profissionais da educação, mas também da existência de políticas institucionais, formação continuada e participação da comunidade escolar.

Nesse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: qual é o papel da gestão escolar e dos professores na prevenção e no enfrentamento do bullying no contexto escolar? A partir dessa indagação, buscou-se compreender quais estratégias vêm sendo desenvolvidas pela escola para prevenir situações de violência entre os estudantes, quais desafios esses profissionais enfrentam no cotidiano escolar e quais possibilidades podem fortalecer a construção de um ambiente mais seguro, acolhedor e respeitoso.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar as discussões sobre o papel da gestão escolar e dos professores no enfrentamento do bullying, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas e institucionais voltadas

à prevenção da violência e à promoção da convivência democrática. Espera-se, ainda, que os resultados ofereçam subsídios para a formulação de estratégias capazes de qualificar a atuação dos profissionais da educação diante dessa problemática.

Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral analisar o papel da gestão escolar e dos professores na prevenção e no enfrentamento do bullying no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca identificar as ações desenvolvidas pela gestão escolar e pelos professores diante das situações de bullying; compreender os desafios enfrentados por esses profissionais na prevenção e no enfrentamento dessa forma de violência; e discutir estratégias pedagógicas e institucionais que contribuam para a construção de um ambiente escolar pautado no respeito, na empatia e na convivência democrática.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, pois de acordo com Gerhardt; Silveira (2009) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com os aspectos da realidade que não podem ser qualificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Consequentemente a abordagem escolhida permitirá que a natureza desta pesquisa seja básica, pois cria conhecimentos importantes para a ciência sem finalidade imediata. Tem como base o tipo exploratório, no qual o objetivo é familiarizar-se com o assunto.

Além disso, a pesquisa também é exploratória e de base bibliográfica, pois segundo Gil (2002, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por sua vez, a pesquisa exploratória, conforme define Triviños (1987), caracteriza-se pela necessidade de o pesquisador reunir informações iniciais acerca do objeto de estudo, buscando maior familiaridade com o problema investigado. Esse tipo de pesquisa tem como finalidade explorar e compreender os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, possibilitando uma visão mais ampla, descritiva e reflexiva sobre o contexto analisado. Neste estudo, a pesquisa exploratória concebe a compreensão, a partir das relações dos sujeitos, cuja finalidade é saber como o bullying se manifesta

por meio da linguagem e quais efeitos ele provoca nas relações interpessoais no contexto escolar.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada no município de Cametá, Pará. A produção dos dados ocorreu por meio de observações no ambiente escolar e de entrevistas semiestruturadas com dois participantes: o gestor escolar e um professor que atuam na instituição pesquisada. Esses sujeitos foram selecionados por desempenharem funções diretamente relacionadas à prevenção e ao enfrentamento do bullying no contexto escolar. Durante todo o processo investigativo, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa, assegurando-se o sigilo, a confidencialidade das informações e o consentimento dos participantes.

A análise dos dados foi realizada a partir da interpretação dos discursos e das atitudes observadas no contexto escolar, com base nos pressupostos da Análise do Discurso, compreendida como um campo teórico-metodológico que investiga a produção de sentidos nas práticas sociais. Segundo Orlandi (2015), o discurso ultrapassa a dimensão da linguagem enquanto simples transmissão de informações, constituindo-se como espaço de produção de sentidos atravessado por ideologias, relações de poder e condições históricas. Nessa perspectiva, buscou-se compreender como a linguagem verbal e não verbal se manifesta nas práticas de bullying e como tais discursos contribuem para a construção de relações de exclusão, estigmatização e violência simbólica entre os alunos.

Ademais, de acordo com Foucault (2008), os discursos produzem efeitos de verdade e regulam comportamentos, o que permite analisar o bullying como uma prática discursiva que legitima desigualdades e normaliza formas de opressão no ambiente escolar. A análise considerou, portanto, tanto o conteúdo explícito das falas, quanto os silêncios, gestos e atitudes, entendidos como elementos significativos do discurso. A partir dessa abordagem, espera-se contribuir com reflexões e proposições que favoreçam a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, respeitoso e comprometido com a convivência ética e democrática.

CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO BULLYING

Bullying é um termo de origem inglesa utilizado para designar práticas reiteradas de agressão, intimidação ou constrangimento dirigidas a um indivíduo, geralmente no contexto escolar. Trata-se de uma forma de violência sistemática, marcada pela intenção de ferir, humilhar ou excluir alguém que, por diferentes razões, é percebido como vulnerável ou “diferente” dentro de um grupo.

Entre as motivações que sustentam essas agressões, destacam-se aspectos relacionados a características que fogem aos padrões socialmente estabelecidos. Conforme relatado pelas vítimas ao longo deste trabalho, atributos corporais tornam-se frequentemente alvos de ridicularização, evidenciando como normas sociais de aceitação e pertencimento influenciam a dinâmica do bullying.

O termo bullying foi inicialmente utilizado por Dan Olweus (1987) ao investigar a ocorrência de violência entre jovens, sobretudo os que estavam em idade escolar. Em seus estudos sobre tendências suicidas, o autor constatou que, na maioria dos casos, os adolescentes que apresentavam esse comportamento haviam sido alvo de ameaças, exclusão ou outras formas de agressão no contexto escolar.

No Brasil, assim como em outros países, a dificuldade de encontrar uma tradução que preserve o sentido exato do termo levou à manutenção da palavra em inglês. Estudos sobre bullying indicam que esse fenômeno começou a ser investigado na década de 1970 na Suécia e na Dinamarca, embora sempre tenha existido no ambiente escolar. Inicialmente, não era caracterizado como bullying, sendo interpretado como simples brincadeiras inofensivas entre os estudantes. Somente na década de 1980 os estudos sobre o tema ganharam maior relevância, especialmente a partir das pesquisas conduzidas na Noruega por Dan Olweus, que tiveram destaque em análises posteriores.

Albuquerque et al. (2013) classificam o bullying em quatro categorias: físico, verbal, relacional e sexual, o bullying de caráter físico envolve comportamentos realizados por meio de contato físico direto, como empurrões e chutes, por sua vez, o de caráter verbal compreende ações manifestadas pela fala, como xingamentos, ameaças e piadas ofensivas. O bullying relacional refere-se a comportamentos que

prejudicam relações interpessoais, como exclusão e disseminação de boatos falsos; por fim, o bullying social está relacionado a atos, comentários e insinuações de cunho sexual.

Outra maneira de classificar o bullying é diferenciá-lo entre direto e indireto, onde a agressão direta ocorre quando o ataque é voltado explicitamente à vítima, enquanto a indireta acontece sem a presença dela. Agredir fisicamente, ameaçar, furtar pertences e ofender verbalmente são exemplos de bullying direto, em contraposição, excluir, difamar ou agir com indiferença são práticas típicas do bullying indireto.

De acordo com Isolan (2014), de modo geral, os meninos tendem a se envolver com o bullying direto, enquanto as meninas estão mais associadas ao bullying indireto, o qual é mais complexo de identificar. É possível também categorizar os envolvidos conforme seu papel na situação de agressor, vítima ou agressor-vítima, esta última categoria refere-se ao sujeito que alterna de posição conforme o contexto, sendo vítima em determinados ambientes ou grupos e agressor em outros.

De modo geral, no campo epistemológico, a área aponta que o bullying constitui um tipo específico de conflito interpessoal, diferenciando-se de outras formas de desentendimento por envolver a intenção, seja consciente ou não de prejudicar a vítima. Nesse sentido, Fante (2005b) ressalta:

O bullying tem como característica a ocorrência de ações agressivas, intencionais, repetitivas e sem motivação aparente, que causam dor, angústia ou intimidação. O que propicia a ocorrência do bullying é a existência de um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima, e se deve ao fato de o agredido não conseguir se defender, por não ser tão forte quanto o agressor ou por possuir características psicológicas ou físicas que o tornam alvo de discriminação (Fante, 2005, p. 41).

Com relação ao ponto destacado acima, Olmedilla (1995) afirma que, por se tratar de um comportamento no qual a relação entre agressor e vítima é duradoura e repetitiva, suas consequências em diferentes dimensões pessoal, institucional e social, são de difícil mensuração. Entretanto, Olweus (1999) ressalta que nem todas as ações agressivas podem ser classificadas como bullying, pois para que um comportamento seja considerado bullying, ele deve apresentar características

específicas: tratar-se de uma ação agressiva com intenção de causar dano e gerar desconforto à vítima; ocorrer de forma repetitiva ao longo do tempo; e estabelecer uma relação interpessoal marcada por desequilíbrio de poder, que pode se manifestar de diferentes maneiras.

O bullying pode manifestar-se em qualquer contexto social e econômico, sobretudo entre jovens, estando presente em diversos ambientes, como universidades, famílias, locais de trabalho, vizinhanças, entre outros. No entanto, conforme discutido anteriormente, sua ocorrência é mais frequente no ambiente escolar, à primeira vista e para muitas pessoas o bullying pode parecer algo simples ou sem relevância, contudo, como veremos adiante a partir dos dados obtidos neste estudo, determinados apelidos ou comentários que parecem inofensivos podem causar danos físicos e emocionais significativos, afetando e transformando estruturas corporais e psíquicas mais ou menos vulneráveis.

Com base nisto, compreende-se o bullying como uma situação na qual o agressor exerce determinado poder sobre a vítima, um poder que ele próprio se atribui em uma relação desigual, em que a vítima, na maior parte das vezes, não possui recursos para evitar ou se defender das agressões. O problema dessa e de outras formas de violência reside no fato de ocorrerem principalmente com crianças e adolescentes em fase escolar, período essencial para a formação do sujeito em seus diversos aspectos. Segundo Moita Lopes (2018), o processo de formação da identidade humana é performativo, constituindo-se social, histórica, cultural e discursivamente.

É nesse contexto que discutimos a relação entre violência e significação, especialmente a violência que se manifesta por meio da linguagem, uma relação que produz desorientação, conforme apontam Silva; Borges (2018). Para os autores, aquele que sofre agressões verbais perde, em certa medida, o contexto da situação. Dessa forma, quando a linguagem é utilizada com a intenção de causar dano, instala-se um cenário de significação marcado pela violência linguística, que não apenas desestabiliza o indivíduo, mas também desencadeia uma série de possíveis (re)ações.

CONSEQUÊNCIAS EMOCIONAIS E SOCIAIS DO BULLYING

A naturalização do bullying como uma simples “brincadeira” entre colegas, frequentemente reforçada no ambiente familiar, constitui um dos fatores que mais contribuem para a perpetuação do fenômeno. Pais e responsáveis, ao utilizarem comentários jocosos e críticas disfarçadas de humor no cotidiano, contribuem ainda que de forma não intencional para que a criança assimile tais práticas como aceitáveis. Dessa forma, ela tende a reproduzir esse comportamento com colegas, internalizando a violência como forma legítima de interação social.

De fato, o bullying não se limita ao ambiente escolar; manifesta-se também no trabalho, na família, nas forças armadas, em prisões, condomínios residenciais, clubes e até mesmo asilos Antunes; Zuin (2008). Entretanto, é comum que muitas famílias minimizem falas e comportamentos que constroem, entendendo-os como parte de uma convivência “normal” ou “divertida”. O problema, conforme destaca Neves (2021), é que o bullying frequentemente tem início dentro da própria família, onde se produz a impressão de que expor o outro ao ridículo é algo natural. Assim, práticas verbais e não verbais que ferem emocionalmente vão ganhando legitimidade.

Atitudes que machucam o outro seja por meio de comportamentos, falas ou “brincadeiras” não podem ser tratadas como insignificantes. O bullying constitui tema de extrema relevância, uma vez que crianças e adolescentes submetidos continuamente a essas agressões podem desenvolver quadros de frustração, ansiedade e depressão, tornando-se adultos em sofrimento emocional intenso, com risco potencial até mesmo para ideação suicida. Os impactos são duradouros: experiências de bullying na infância e adolescência podem resultar em transtornos mentais, dificuldades de comunicação, sentimentos persistentes de menosprezo e baixa autoestima.

O bullying envolve muito mais do que simples agressões verbais ou psicológicas entre crianças e adolescentes. Trata-se de um fenômeno complexo, frequentemente disfarçado sob a aparência de brincadeira inocente, o que acaba por ocultar os riscos e danos que tal prática pode causar. Essa banalização contribui para que comportamentos ofensivos se naturalizem, mesmo quando geram sofrimento significativo. Como consequência, vítimas de bullying podem desenvolver diversos

problemas emocionais, que se manifestam posteriormente na vida adulta, resultando em dificuldades de convivência, baixa autoestima, insegurança, frustrações e transtornos psicológicos.

Além disso, a autoestima pode ser compreendida como um indicador importante na relação entre rede de apoio e ideação suicida. Paixão, Patias e Dell'Aglío (2018) ressaltam que quanto maior o suporte recebido pelo adolescente, maior tende a ser sua autoestima, o que contribui para a redução de pensamentos suicidas. Por outro lado, os autores observaram que a instabilidade da autoestima apresenta relação direta com comportamentos agressivos, revelando que flutuações desse aspecto emocional podem influenciar negativamente a saúde mental e a convivência social.

As crianças que sofrem bullying frequentemente demonstram comportamentos de recusa em ir à escola, até que passam a apresentar crises que afetam o corpo e desencadeiam transtornos emocionais graves. De acordo com Schultz (2012), algumas manifestações comportamentais são comuns entre vítimas de bullying. Elas tendem a criar justificativas para evitar o ambiente escolar, relatando indisposição, dores de cabeça ou de estômago, além de episódios de vômito ou disenteria. Podem solicitar a mudança de turma ou até mesmo de escola, como forma de escapar das agressões. Também é recorrente um sentimento de desmotivação em relação aos estudos, o que pode resultar na queda do rendimento escolar e em dificuldades de concentração.

É fundamental que a família esteja atenta a sinais como tristeza ou irritabilidade após o retorno da escola, além de verificar se materiais escolares se apresentam sujos, danificados ou faltando. Dificuldades em se relacionar com colegas, resistência em fazer ou manter amizades, bem como o isolamento em relação a pessoas fora do núcleo familiar, são indicativos de que a criança ou o adolescente pode estar passando por situações de bullying.

Silva; Borges (2018) apontam que o bullying pode desencadear uma série de sentimentos negativos nas vítimas, como agressividade e desejo de vingança, levando a distúrbios emocionais e ao descontrole da personalidade. Esses fatores podem fazer

com que as vítimas reproduzam comportamentos violentos e, em situações mais graves, levem ao homicídio ou ao suicídio.

De acordo com estudo realizado por Vieira (2020), as consequências do bullying, tanto em curto quanto em longo prazo, podem provocar diversas alterações psíquicas, interferindo no processo de ensino e aprendizagem, nas relações interpessoais no ambiente de trabalho, nos relacionamentos pessoais e até desencadeando doenças físicas e emocionais que comprometem a qualidade de vida. Por esse motivo, o bullying é considerado um problema de saúde pública.

De forma geral, o bullying gera prejuízos significativos às vítimas. Estudos indicam que adolescentes obesos expostos a esse tipo de violência apresentam diversos sentimentos negativos, sendo fundamental a implementação de ações permanentes de prevenção e enfrentamento do bullying, com o objetivo de reduzir riscos à saúde mental e impedir a reprodução de comportamentos prejudiciais Rodrigues (2021). Nesse cenário, a escola se destaca como um dos principais ambientes onde essas situações podem ocorrer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

AS FORMAS DE LINGUAGEM DO BULLYING NO CONTEXTO DA ESCOLA PESQUISADA.

Antes de adentrarmos a apresentação dos dados relacionados aos desafios percebidos no processo de enfrentamento do bullying no espaço institucional da escola, bem como às estratégias adotadas pela gestão, buscamos esquadrihar as formas pelas quais a linguagem do bullying manifesta-se no contexto da escola pesquisada e acima de tudo, compreender as representações tecidas pelo educador. Para tanto, ao mesmo foi feita a pergunta “O que você entende por bullying? Ao responder o questionamento posto, o aluno relatou que “bullying é uma agressão verbal feita a alguém, uma forma de indisciplina verificada entre os alunos, fruto de brincadeiras que muitas vezes ele faz com os colegas e o outro gosta, fica constrangido, não quer vir mais pra escola” (fala do professor entrevistado em 02/06/2026).

Ao caracterizar o bullying, o educador concebe inicialmente a presença de um mecanismo linguístico intimidador, em forma de agressões que nesse caso se materializam no cotidiano escolar, por meio da atribuição de apelidos ofensivos, depreciativos e humilhantes, muitas vezes tratados como brincadeiras entre os colegas. Essas práticas linguísticas incidem, sobretudo, sobre características físicas e pessoais, configurando formas de violência simbólica que afetam diretamente as relações interpessoais no ambiente escolar.

Adiante, ao ser questionado se já presenciou algum tipo de situação vexatória, apelido ou comentário característico de bullying, ele relatou o seguinte:

Sim, eu já presenciei várias vezes, principalmente durante o intervalo. O que é mais comum são os apelidos, às vezes vejo meus colegas, chamando o outro de cabeçudo, macaco, dente de coelho, feio, catinguento e por aí vai. Em casos mais severos, a gente presencia agressão física também, que a meu ver são consequências do bullying (fala do professor entrevistado em 02/06/2026).

A partir desse relato, observa-se que o bullying verbal assume um caráter cotidiano e repetitivo na escola, sendo frequentemente naturalizado nas relações entre os estudantes. Entre as manifestações identificadas, destaca-se o uso de apelidos de cunho racista, como "macaco", empregados para ofender e inferiorizar colegas. Embora muitas vezes sejam tratados como "brincadeiras", tais termos reproduzem práticas discriminatórias historicamente construídas na sociedade brasileira e reforçam estereótipos que desumanizam a população negra.

Nesse sentido, o bullying ultrapassa a dimensão do conflito interpessoal e passa a expressar formas de violência simbólica sustentadas pelo racismo estrutural. Para Gomes (2003), o racismo manifesta-se de maneira cotidiana nas relações sociais e escolares, produzindo processos de exclusão, discriminação e negação da identidade de estudantes negros. Assim, quando expressões racistas são naturalizadas no ambiente escolar, contribuem para a reprodução de desigualdades e comprometem a construção de uma convivência baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

Dessa forma, os episódios de bullying identificados na escola não podem ser reduzidos à ideia de simples "brincadeiras". Quando envolvem ofensas de cunho racial, essas práticas expressam manifestações do racismo que persistem nas relações

sociais e se reproduzem no ambiente escolar, reforçando processos de discriminação, exclusão e inferiorização. Como consequência, comprometem a autoestima, a identidade e o sentimento de pertencimento dos estudantes negros, produzindo impactos que ultrapassam o momento da agressão.

Situações marcadas por apelidos pejorativos, humilhações e constrangimentos públicos configuram, ainda, violações aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu artigo 5º, estabelece que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (Brasil, 1990). Sob essa perspectiva, os relatos apresentados pelo participante evidenciam que o bullying extrapola a dimensão das relações interpessoais ou dos problemas disciplinares, constituindo também uma questão social, ética e legal que exige o comprometimento da escola na proteção dos direitos dos estudantes.

De acordo com Garcia; Souza (2022), o medo da escola e a percepção desse espaço como um ambiente desagradável constituem sinais recorrentes entre crianças que vivenciam situações de bullying. À medida que o tempo de exposição a esse tipo de violência se prolonga, aumentam as chances de surgirem impactos mais severos na vida escolar e emocional da vítima. Tais efeitos refletem-se diretamente no desempenho acadêmico do aluno, evidenciando-se na redução da participação em sala de aula, na diminuição do interesse pelas atividades individuais e coletivas, na dificuldade de concentração e no aumento das ausências escolares (Garcia; Souza (2022). Além disso, as relações interpessoais também são comprometidas, uma vez que o isolamento pode ser inicialmente imposto pelo agressor e, posteriormente, assumido pela própria vítima, resultando no enfraquecimento do ciclo de amizades e na restrição das interações com os demais colegas.

Nesse sentido, a presença de práticas linguísticas ofensivas fragiliza o clima escolar e compromete a participação dos alunos nas atividades pedagógicas, uma vez que o medo, a vergonha e o constrangimento interferem na concentração, na socialização e no interesse pelos estudos. A articulação entre os dados empíricos e o

referencial teórico reforça a necessidade de práticas pedagógicas que problematizem o uso da linguagem no cotidiano escolar e promovam uma cultura de respeito, empatia e inclusão.

Nesse contexto, cabe à gestão escolar e aos professores reconhecer que práticas discriminatórias não podem ser naturalizadas no cotidiano escolar. Conforme destaca Antunes (2010), a linguagem ofensiva contribui para a construção de identidades estigmatizadas, interferindo na forma como o estudante percebe a si mesmo e estabelece suas relações com os demais. Assim, o enfrentamento do bullying demanda ações educativas permanentes que promovam o respeito às diferenças, combatam todas as formas de discriminação e fortaleçam uma cultura escolar pautada na inclusão, na equidade e na convivência democrática.

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR E DOS PROFESSORES NO ENFRENTAMENTO DO BULLYING

A análise das entrevistas realizadas com o gestor escolar evidenciou que a instituição reconhece a ocorrência de situações de bullying e procura enfrentá-las por meio de ações pautadas, sobretudo, no diálogo com os estudantes, no envolvimento das famílias e na realização de palestras educativas. Essas iniciativas revelam uma preocupação da gestão em mediar conflitos e sensibilizar a comunidade escolar quanto aos impactos dessa forma de violência no ambiente educativo.

Quando questionado sobre como a escola atua diante dos casos de bullying, o gestor informou que as principais medidas adotadas consistem na realização de conversas com os alunos envolvidos e na convocação dos responsáveis para discutir as situações ocorridas, buscando a participação da família na resolução dos conflitos.

Nós tratamos os casos de bullying conversando muito com os alunos, trazendo os pais para manter palestra com os pais também, junto com os professores. A gente reúne numa sala que tem e conversa com os alunos sobre a situação, chama os pais das crianças que cometeu isso daí (o bullying) (fala do gestor escolar, entrevistado em 01/06/2026).

As informações apresentadas pelo gestor indicam uma preocupação da escola em enfrentar o bullying por meio de estratégias pautadas no diálogo e na aproximação

com as famílias. Essa postura demonstra o reconhecimento de que o enfrentamento dessa forma de violência exige a participação conjunta da escola e dos responsáveis, favorecendo a construção de soluções compartilhadas. Nessa perspectiva, Abramovay (2015) destaca que o envolvimento da família nas ações escolares fortalece as práticas preventivas e amplia as possibilidades de enfrentamento da violência no contexto educativo.

Entretanto, ao ser questionado se a escola dispõe de algum protocolo ou ação institucional específica para lidar com situações de bullying, o gestor reconheceu que a instituição ainda não possui procedimentos formalmente estabelecidos para orientar a prevenção e o enfrentamento desses episódios. Esse relato evidencia uma fragilidade na organização das ações desenvolvidas, que permanecem concentradas em iniciativas pontuais, sem o respaldo de diretrizes institucionais sistematizadas.

Nós não possuímos um protocolo para lidar com essas situações aqui entendeu, mas a gente faz o possível através de conversa e através de palestra com os pais para poder resolver da melhor forma (fala do gestor escolar, entrevistado em 01/06/2026).

A ausência de políticas estruturadas faz com que o enfrentamento do bullying dependa de iniciativas pontuais e reativas, o que pode limitar a efetividade das ações, acerca disso, Fante (2005) ressalta que o combate ao bullying exige estratégias contínuas, planejadas e integradas ao projeto pedagógico da escola, indo além de intervenções isoladas.

A inexistência de um protocolo institucional para o enfrentamento do bullying evidencia um distanciamento entre a prática escolar e as orientações legais previstas na Constituição Federal e no ECA, que atribuem à escola um papel ativo na prevenção da violência e na promoção da dignidade dos estudantes e a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227 declara:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Adiante, o coordenador pedagógico também menciona a participação da gestão em palestras externas, cujos conteúdos são posteriormente compartilhados com os professores da escola: “constantemente participamos de palestras sobre o tema, ver palestra, ouvir, assistir. Quando chegamos aqui a gente reúne os professores e conversa em relação ao que nós ouvimos e o que assistimos na palestra” (fala do gestor escolar, entrevistado em 01/06/2026).

Embora essas iniciativas representem um esforço da gestão escolar para sensibilizar os professores e enfrentar as situações de bullying, elas ainda ocorrem de maneira pontual e pouco sistematizada. A construção de um ambiente escolar inclusivo demanda processos permanentes de formação continuada, capazes de subsidiar gestores e docentes na identificação, prevenção e intervenção diante das diferentes manifestações de violência presentes no cotidiano escolar.

Sob a perspectiva de Bourdieu (2007), a ausência de ações pedagógicas institucionalizadas dificulta o enfrentamento da violência simbólica, uma vez que as estruturas sociais e culturais que sustentam práticas discriminatórias tendem a ser reproduzidas quando não são problematizadas no espaço escolar. Assim, intervenções isoladas, embora relevantes, mostram-se insuficientes para transformar relações marcadas pela exclusão e pela desigualdade.

Os resultados da pesquisa evidenciam que tanto o gestor quanto o professor reconhecem a importância do diálogo e da participação da família como estratégias para o enfrentamento do bullying. Contudo, também revelam limitações relacionadas à inexistência de protocolos institucionais, de políticas escolares específicas e de processos sistemáticos de formação continuada. Esses aspectos restringem a efetividade das ações desenvolvidas e reforçam a necessidade de fortalecer o papel da gestão escolar e dos professores na implementação de estratégias permanentes de prevenção, acolhimento e mediação de conflitos, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e pautado no respeito às diferenças.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR EMPÁTICO E RESPEITOSO

No que se refere aos desafios para a construção de um ambiente escolar pautado na empatia e no respeito, os relatos do gestor escolar e do professor revelam a existência de obstáculos de natureza institucional, formativa e relacional que dificultam o enfrentamento do bullying. Ao mesmo tempo, evidenciam que o diálogo, a escuta e o respeito às diferenças constituem princípios fundamentais para a prevenção dessa forma de violência e para a promoção de uma convivência escolar mais democrática.

Entre os desafios apontados pelos participantes, destaca-se a dificuldade de envolver algumas famílias no enfrentamento dos casos de bullying. Ao ser questionado sobre os principais obstáculos encontrados nesse processo, o gestor escolar afirmou que, em diversas situações, os responsáveis tendem a minimizar ou negar o envolvimento de seus filhos em práticas de bullying, o que limita as possibilidades de intervenção da escola e dificulta a construção de ações conjuntas para a resolução dos conflitos, conforme nota-se a seguir:

"O maior desafio é que, às vezes, os pais não aceitam que o filho esteja envolvido em situações de bullying. Eles acreditam que o comportamento da criança em casa é o mesmo que ela apresenta na escola e, por isso, muitas vezes não acreditam quando relatamos o que aconteceu. Esse é o maior desafio que enfrentamos aqui na escola" (Gestor escolar, entrevista realizada em 01/06/2026).

Essa dificuldade de diálogo com as famílias compromete a efetividade das ações educativas, uma vez que o enfrentamento do bullying exige a corresponsabilização entre escola e família. Abramovay (2015) ressalta que a parceria escola-família é essencial para a prevenção da violência escolar, pois amplia o alcance das intervenções e fortalece a formação ética dos estudantes.

Alinhado a isto o coordenador relata que o envolvimento das famílias nas ações de combate ao Bullying, só ocorrem quando os familiares são convocados a se dirigirem a escola: "Quando acionamos eles comparecerem na escola eles ajudam bastante a gente né" (fala do coordenador pedagógico, entrevistado em 01/10/2025).

Outro desafio evidenciado refere-se à ausência de profissionais especializados para atuar diretamente com os alunos em situações de conflito e violência, que conforme relatou o coordenador pedagógico há a necessidade de pessoas qualificadas para tratar especificamente dessas questões no ambiente escolar. Para ele:

"Deveria existir um espaço específico, com profissionais qualificados para tratar dessas situações na escola. Hoje, nós não contamos com uma pessoa que possa trabalhar diretamente com os alunos nessas questões" (Gestor escolar, entrevista realizada em 01/06/2026).

Os depoimentos também evidenciam que a atuação da gestão escolar e dos professores, embora comprometida com o enfrentamento do bullying, encontra limitações relacionadas à ausência de profissionais especializados para acompanhar os estudantes envolvidos nessas situações. Ao abordar essa questão, o gestor escolar destacou a necessidade de a instituição contar com uma equipe qualificada para oferecer atendimento específico aos alunos que vivenciam ou praticam atos de violência no ambiente escolar: "Deveria existir um espaço específico, com profissionais qualificados para tratar dessas situações na escola. Hoje, nós não contamos com uma pessoa que possa trabalhar diretamente com os alunos nessas questões" (Gestor escolar, entrevista realizada em 01/06/2026).

Relato mostra que a prevenção e o enfrentamento do bullying exigem uma atuação articulada entre a gestão escolar, os professores e outros profissionais especializados, capazes de oferecer suporte pedagógico e socioemocional aos estudantes. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível investir em processos de formação continuada que preparem gestores e docentes para identificar precocemente situações de violência, mediar conflitos e desenvolver estratégias educativas voltadas à promoção de uma cultura de paz. Conforme destaca Antunes (2010), a prevenção do bullying deve envolver toda a comunidade escolar, reconhecendo o papel educativo desempenhado por cada profissional no cotidiano da instituição.

Os resultados da pesquisa também apontam que a construção de um ambiente escolar mais acolhedor depende da valorização do diálogo, da escuta e do respeito às diferenças como princípios orientadores das práticas educativas. Sob a ótica de Bourdieu (2007), a transformação das relações escolares requer o enfrentamento das

estruturas simbólicas que sustentam práticas de exclusão e violência. Isso implica compreender que o combate ao bullying não se limita à resolução de casos isolados, mas demanda ações pedagógicas permanentes capazes de questionar relações de poder e promover uma convivência baseada na equidade.

Dessa forma, os desafios identificados nesta pesquisa, como a resistência de parte das famílias em reconhecer as situações de bullying, a inexistência de profissionais especializados e a ausência de políticas institucionais sistematizadas evidenciam que a atuação da gestão escolar e dos professores precisa ser fortalecida por meio de formação continuada, planejamento institucional e estratégias preventivas permanentes. Conforme ressalta Fante (2005), o enfrentamento do bullying deve integrar o projeto pedagógico da escola e constituir-se como um compromisso coletivo, voltado à construção de um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e respeitoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar as formas de linguagem do bullying mais recorrentes no ambiente escolar, discutir os impactos dessas práticas nas relações entre os alunos, considerando os aspectos emocionais, sociais e pedagógicos, bem como compreender o papel da escola e dos professores na prevenção e no enfrentamento do bullying por meio de práticas pedagógicas fundamentadas na escuta, no respeito e na empatia.

No que se refere ao primeiro objetivo, a pesquisa evidenciou que as formas de linguagem do bullying mais recorrentes no contexto escolar analisado manifestam-se, predominantemente, por meio de agressões verbais, como apelidos pejorativos, humilhações públicas e comentários depreciativos, frequentemente naturalizados como “brincadeiras” entre os alunos. Essas práticas configuram formas de violência simbólica que, embora muitas vezes invisibilizadas, produzem efeitos profundos nas relações interpessoais.

A recorrência de expressões com conotação racista, especialmente em um território quilombola, revela que o bullying não pode ser compreendido de maneira

dissociada das relações históricas de desigualdade racial e social que atravessam o cotidiano escolar.

Quanto ao segundo objetivo, a análise demonstrou que as diferentes formas de linguagem do bullying impactam diretamente os aspectos emocionais, sociais e pedagógicos dos alunos. Os relatos do estudante entrevistado e as observações realizadas apontam sentimentos recorrentes de tristeza, vergonha, constrangimento e medo, que interferem na autoestima, no pertencimento ao grupo e na participação nas atividades escolares. Tais impactos refletem-se no isolamento social, no enfraquecimento das relações de amizade e na diminuição do interesse pelas atividades pedagógicas, enquanto consequências do bullying no processo de escolarização e no desenvolvimento integral dos estudantes.

No que concerne ao terceiro objetivo, a pesquisa revelou que a escola reconhece a existência de situações de bullying e busca enfrentá-las, principalmente, por meio do diálogo com os alunos e do envolvimento das famílias. No entanto, a ausência de protocolos institucionais específicos, de ações sistematizadas e de formação continuada para professores e demais funcionários limita a efetividade dessas iniciativas.

Observou-se que o enfrentamento ao bullying ocorre de forma pontual e reativa, especialmente quando os casos assumem maior gravidade, o que contribui para a permanência das agressões, sobretudo nos espaços informais da escola, como pátio, corredores e intervalos, onde há menor supervisão adulta.

Diante disso, torna-se evidente que o papel da escola e dos professores vai além da mediação imediata dos conflitos, exigindo a implementação de práticas pedagógicas contínuas que problematizem o uso da linguagem, valorizem as diferenças e promovam uma cultura de respeito, empatia e convivência democrática. A escuta sensível, o diálogo permanente e a educação emocional mostram-se fundamentais para a prevenção do bullying, mas precisam estar articulados a políticas institucionais, formação docente e ao envolvimento efetivo de toda a comunidade escolar, incluindo famílias e funcionários.

Por fim, conclui-se que o bullying, enquanto fenômeno relacional e socialmente construído, manifesta-se de maneira complexa no cotidiano escolar, sendo atravessado por questões de raça, poder, linguagem e desigualdade. Enfrentá-lo requer ações coletivas, contínuas e intencionais, integradas ao projeto pedagógico da escola e fundamentadas no compromisso com os direitos da criança e do adolescente. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre o bullying no contexto das escolas públicas, especialmente em territórios quilombolas, e subsidie reflexões e práticas pedagógicas voltadas à construção de um ambiente escolar mais humano e respeitoso.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A.; D’AFFONSECA, S. M. **Efeitos tardios do bullying e transtorno de estresse pós-traumático: uma revisão crítica.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 29, n. 1, p. 91–98, mar. 2013.
- ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. Á. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 33–41, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.
- FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência escolar e educar para a paz.** São Paulo: Verus, 2005.
- FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying em debate.** São Paulo: Paulinas, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2008.
- GARCIA, Maria de Fátima; SOUZA, Nathany Moraes de. **Bullying no ambiente escolar: um olhar à nossa volta.** Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 9, n. 17, p. 149–158, 2022.
- ISOLAN, L. Bullying escolar na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 16, n. 1, p. 68–84, 2014.

NEVES, R. C. **Adolescentes que sofreram bullying**: avaliação do impacto psíquico com métodos projetivos (Escola de Paris). 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

OLWEUS, Dan. **Conductas de acoso y amenaza entre escolares**. Madrid: Morata, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PAIXÃO, R. F.; PATIAS, N. D.; DELL'AGLIO, D. D. **Autoestima e sintomas de transtornos mentais na adolescência**: variáveis associadas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 34, 2018.

RODRIGUES, Delbana Pereira et al. **Implicações do bullying na saúde mental de adolescentes obesos**: revisão integrativa. *Interação em Psicologia*, v. 25, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/71337>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SCHULTZ, N. C. W. et al. **A compreensão sistêmica do bullying**. *Psicologia em Estudo*, v. 17, n. 2, p. 247–254, 2012.

SILVA, L. O.; BORGES, B. S. **Bullying nas escolas**. *Direito & Realidade*, v. 6, n. 5, p. 27–40, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unipam.edu.br/index.php/direitoerealidade/article/view/1279>. Acesso em: 10 dez. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Flávio Henrique Marçal et al. **Impactos do bullying na saúde mental do adolescente**. *Ciência et Praxis*, v. 13, n. 25, p. 91–104, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/4354>. Acesso em: 10 dez. 2025.

VIEIRA, T. M.; MENDES, F. D. C.; GUIMARÃES, L. C. De Columbine à Virginia Tech: reflexões com base empírica sobre um fenômeno em expansão. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 3, p. 493–501, 2009.

Submissão: janeiro de 2026. Aceite: fevereiro de 2026. Publicação: junho de 2026.